

FAMÍLIA ATRAPALHADA: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE RASURAMENTO EM TEXTO ESCRITO POR CRIANÇAS

E D U A R D O C A L I L
U F A L / C H L A / C E D U

R E S U M O

O artigo investiga possíveis relações entre a criança e o texto que possam estar envolvidas durante esse processo de produção. O objeto de estudo é a narrativa ficcional de crianças em idade pré-escolar que estão começando a escrever alfabeticamente suas primeiras histórias. A metodologia de pesquisa adotada permitiu algum tipo de acesso ao modo como a criança relaciona-se com o texto, para que a análise não ficasse restrita àquilo que ficou registrado no papel. É feita uma aproximação desse procedimento metodológico às pesquisas em Crítica Genética.

R É S U M É

L'article travaille les relations possibles existant entre l'enfant et le texte durant le processus de production. L'objet de l'étude est le récit écrit par deux enfants qui débutent dans l'écriture. La méthodologie adoptée a permis d'avoir accès au mode de rapport de l'enfant au texte et non seulement au texte écrit et a bénéficié des apports de la critique génétique.

este trabalho procura investigar algumas relações entre a criança e o texto que possam estar envolvidas durante o processo de produção. Para investigar tais relações tomei como objeto de estu-

do a narrativa ficcional e a criança em idade pré-escolar que está começando a escrever alfabeticamente suas primeiras histórias.

Para que fosse possível dar alguma visibilidade a esse processo de produção e, ao mesmo tempo, não lidar com uma noção de linguagem como sistema de comunicação, optei por uma metodologia que permitisse algum tipo de acesso ao modo como a criança relacionava-se com o texto. Uma solução possível, para que a análise não ficasse restrita ao produto textual, ou melhor, àquilo que ficou registrado no papel, foi encontrada na filmagem de situações escolares em que duas crianças estariam produzindo uma única história.

Esse procedimento metodológico talvez possa ser aproximado – guardadas as devidas proporções – das pesquisas em Crítica Genética que recorrem aos manuscritos literários deixados pelos grandes escritores para tentar entender o processo de criação.

Por que uma criança “decide” colocar uma e não outra palavra? Por que ela apaga o que já estava escrito ou rasura, escrevendo por cima ou ao lado outra coisa? Será que o que é dito tem algum tipo de efeito sobre aquele que disse? Quais? Como e por que certas direções são evitadas a partir daquilo que já foi escrito? Em suma, a questão central era procurar saber quais relações são constituídas entre aquele que produz um texto e o próprio texto e do que dependem estas relações.

Um dos pontos de partida desta pesquisa está relacionado à minha inquietação em relação à possibilidade de ruptura do sentido, uma vez que a prática de textualização analisada inscreve-se em uma situação escolar, isto é, está marcada pelo discurso pedagógico que tende a reproduzir a norma.

Para haver a possibilidade de transformação do sentido é preciso assumir a hipótese de que algo escapa à determinação entendida como causalidade linear, algo que Pêcheux, a partir de Milner (1978; 1982), irá chamar de *real da língua* e que aparece formulado pela primeira vez no livro *La langue introuvable* (1981), escrito junto com Françoise Gadet:

O real da língua [...] é atravessado por falhas, atestadas pela existência do lapso, do Witz, e de séries associativas que o desestratifica sem o apagar. A não-identidade que se manifesta

pressupõe a língua (“lalangue”), como lugar onde se opera o retorno do idêntico sob várias formas; a repetição do significante dentro da língua não coincide com o espaço do repetível próprio da língua, mas o funda, juntamente com o equívoco que afeta este espaço: aquilo que faz com que em toda língua um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro, através da homofonia, da homossemia, da metáfora, do deslizamento do lapso e do jogo de palavras, e do duplo sentido dos efeitos discursivos. (*op. cit.*:51).

Parece ser exatamente no jogo de palavras e no duplo sentido dos efeitos discursivos que se abre a possibilidade de se trabalhar com a idéia de deslocamentos das formações discursivas, permitindo aí a inclusão do inesperado, do não-coincidente, da ambigüidade, do que pode ter um outro sentido.¹

A formação discursiva enquanto uma constelação de enunciados logicamente estabilizados está ligada à noção de interdiscurso, ao conjunto do dizível historicamente determinado (domínio da memória discursiva), mas também passa a incluir aí algo da ordem do acontecimento que rompe com essa determinação. Em outras palavras, torna-se imperativo para uma teoria do discurso inserir na ordem da estrutura o espaço para a ruptura, para a falha, para o acontecimento, para o imprevisível.²

Ao refletir sobre a tensão no discurso entre o já-dito enquanto estrutura e o novo enquanto a possibilidade do acontecimento, Pêcheux insere em sua perspectiva teórica sobre o processo discursivo algo da ordem do real que afeta a língua. Há uma falta que vai configurar um real próprio da língua.

1. É importante ter claro que não se está aqui entendendo equívoco e seus efeitos como sendo igual aos efeitos produzidos no ato falho ou no lapso, apesar de serem de uma ordem afim. Esses efeitos estão relacionados ao sujeito do inconsciente e a ruptura produzida pelo equívoco joga o sujeito para fora do sentido, abre um vazio em que nada tem sentido. Aqui, como parece tratar Pêcheux (1983), o equívoco produz deslocamentos que estão relacionados às posições sujeitos e às articulações entre formações discursivas.

2. A noção de imprevisível está inicialmente relacionada ao que possibilita o deslocamento do sentido, levando-o para lugares inesperados e exigindo, por meio do efeito de interpretação, outras formas de articulação entre eles e as formações discursivas.

Cabe perguntar, no entanto, de que forma os enunciados logicamente estáveis “cedem” espaço para o imprevisível,³ produzindo efeitos sobre as formações discursivas dadas. Uma forma de se poder lidar com esses movimentos talvez esteja precisamente em um dos modos de funcionamento da rasura.

Aqui, a mobilização da noção de rasura e seus movimentos diferenciados pode ser explicitada através das seguintes formas de marcação no processo discursivo: a) como “marca gráfica” que fica registrada no texto produzido; b) como “formulação enunciativa” que não deixa sua marca *no* texto, mas naquilo que se diz sobre as possibilidades de se escrever.

Com isso, passo a tratar a rasura como estando presente tanto naquilo que se risca no/do papel e, por sua vez, deixa algum tipo de marca gráfica, quanto naquilo que se diz sobre a possibilidade de se escrever mas é reformulado, negado, impedido de fazer parte da história e, por sua vez, não pode ser escrito. A formulação enunciativa tem efeito de rasura sobre o texto da criança, funcionando como negação de um certo modo de escrever.

De certa maneira, a interpretação dada à rasura neste trabalho apresenta aspectos que seriam funcionalmente equivalentes à rasura como tratada pela crítica genética ao analisar os manuscritos literários. A oralidade inscrita nestas práticas de textualização permitiu lidar com a não linearidade suposta no texto pronto.

O EQUÍVOCO NA RASURA

Como tento mostrar em meu trabalho (CALIL, 1995), a prática de textualização indicaria uma tensão entre o previsível e o imprevisível, o estável e o não estável. Essa tensão é atravessada todo o tempo pelo *efeito de unidade* e *efeito retroativo*. Cada letra, cada sinal, cada termo ou palavra abre e fecha concomitantemente campos de interpretação, possibilitando a cada instante a ressignificação do que já-(está)-lá.

3. Ainda é preciso dizer em relação à nota anterior que a idéia de imprevisível está relacionada à ordem do sentido. Deste modo, a hipótese com que se está operando procura mostrar que a cada *reviramento do sentido* há deslocamentos tanto das

Para que possa mostrar com maior clareza essa interpretação a partir das “rasuras” deixadas nestas práticas de textualização e as tensões entre o previsível e o imprevisível, a análise da filmagem realizada em setembro de 1992, quando Isabel (7:11) e Nara (7:3) estavam na 1ª série, pode ser extremamente significativa.

Fragmento 1

ISABEL: “– Bom... éé... história inventada ou história... aii... qui qui a gente...”

NARA: “– ...escreve...”

ISABEL: “– (DIZENDO COMO QUEM ESTÁ LEMBRANDO QUE SE DEVE ESCREVER O TÍTULO DA HISTÓRIA.) Título!”

NARA: “– Título eu sei que a gente vamo escrevê!”

ISABEL: “– ...éé... título a gente escreve depois...”

NARA: “– E fim!.. Fim...”

ISABEL: “– (COM VOZ MUITO BAIXA.) fim... a gente escreve... um menino chamado fim... a mãe chamava...”

NARA: “– (FALANDO ALTO.) Espera... você me deu um boa idéia.”

ISABEL: “– Calma! Era...”

NARA: “– Era um menino chamava fim...”

ISABEL: “– ...e a mãe chamava fina e o pai chamava fimo (RINDO.)”

NARA: “– Ah! Não, fumo o pai chamava... e a mãe chamava fina... (RINDO.)”

ISABEL: “– fina... e o fim chamava... e o... e o filho chamava fim.”

NARA: “– Fim.”

A emergência da palavra “fim” dá uma direcionalidade bastante inesperada ao texto, atravessando toda a prática de textualização.

O termo “título” produz efeitos diferentes sobre as crianças. Em um primeiro momento, Isabel diz “– *Título!*” sugerindo que poderiam começar a escrever a história pelo título. Isto se aproxima de uma prática discursiva pedagógica na qual ou se dá o título para que se produza um texto ou se pede primeiramente que se no-

meie a história a ser escrita. Essa prática discursiva está determinada por um conceito de escrita segundo o qual é necessário pensar para depois escrever.

Um fato interessante a ser ressaltado é que o enunciado de Isabel não é precedido pelo determinante. Ela não diz: “– vamos escrever o título!”.

Esta palavra e sua relação com a formação discursiva dominante na qual produz sentido convoca outra: fim. A formação discursiva dominante parece estar relacionada a um certo universo discursivo em que determinados enunciados se fazem “necessários” para se ter uma “história inventada”. É como se houvesse um movimento à deriva dentro de um mar de possibilidades: termos que circulam e trazem consigo, em estado latente, sempre a possibilidade de ser outra coisa, apesar de, neste caso, manter-se dentro dos limites de zonas de sentido. Em outras palavras, o surgimento de “fim” após “título” produz um deslocamento de sentido, mas não parece romper completamente com uma certa formação discursiva em que esta palavra ganha sentido.

Uma vez enunciado e, portanto, produzindo efeitos, um elemento é fisgado, preso, colado a uma rede de interpretação que irá reger o desencadeamento de uma configuração de sentidos. Nesse processo, parecem estar em jogo não somente as unidades de sentido que estão cristalizadas em certos lugares, mas a possibilidade de seus deslocamentos. Esse processo talvez permita levar adiante a idéia de que as formações discursivas estão relacionadas com as articulações entre elementos de extensão e estatuto vário.

A noção de deriva deve ser melhor especificada. Quando um termo parece se deslocar em uma certa formação discursiva, mobilizando outros sentidos e também outras formações, há aí uma sobredeterminação⁴ que impede que o sentido seja qualquer um.

4. A noção de sobredeterminação está relacionada à de inconsciente. Segundo M. T. Lemos (1994:35), referindo-se ao que diz Laplanche e Pontalis (1983), “a sobredeterminação aparece em dois sentidos na obra de Freud. O primeiro deles é o de que uma formação psíquica é determinada por diferentes fatores: não há uma causa. O segundo sentido de sobredeterminação é o de que cada formação remete a uma pluralidade de elementos inconscientes.” (*op. cit.*: 36) Assim, a autora afirma que a noção de sobredeterminação implicaria tanto em uma determinação daquilo que vem “de fora” e da qual o sujeito é efeito, quanto uma rede complexa de elementos.

O processo associativo apontado acima estaria relacionado com a sobredeterminação que, do ponto de vista do discurso ou do sujeito do discurso, pode ser entendida como sobredeterminação histórica.

Logo após Nara enunciar “fim”, novamente sem o determinante, abre-se uma possibilidade de interpretação e de sentido que rompe com o previsível. A imprevisibilidade está no fato deste termo tornar-se uma personagem. Sem romper completamente a formação discursiva predominante na qual está relacionado tanto o discurso pedagógico quanto o que é preciso escrever para que se tenha uma história, há uma subversão, um deslocamento de sentido que produz um acontecimento discursivo.⁵

Como diria Pêcheux, a materialidade discursiva destes enunciados, põe em ação uma atualidade e uma memória, algo que reproduz e transforma, que preserva e rompe ao mesmo tempo.

Como se fosse um dos efeitos produzidos pela rasura, a formulação enunciativa nega um primeiro sentido para que outro se faça presente. Outro sentido que apaga o primeiro mas ao mesmo tempo conserva, como num palimpsesto, as palavras sob as palavras. Isto é, a palavra “fim” preserva, num certo sentido, o termo “título”. O que é dito pelas crianças atua então como uma espécie de materialização gráfica, ou seja, como um registro dos embates, do percurso que deixou marcas, constituindo e atravessando o processo discursivo em funcionamento nesta prática de textualização.

Esse movimento pode ser interpretado como uma tensão. A tensão entre o previsível e o imprevisível. Duas forças antagônicas que se articulam entre a dependência e a autonomia na relação sujeito/sentido. Há a predominância de uma formação discursiva relacionada à produção de histórias. Isto equivale a uma dependência à cultura e a um universo de enunciados bastante estabili-

5. A noção de acontecimento discursivo foi tratada por Pêcheux (1983) ao discutir o enunciado “ganhamos” (“on a gagné”) que ecoa por toda a França e marca a vitória política de Mitterand em maio de 1981. Esse acontecimento estaria relacionado ao fato de haver um deslocamento e uma tensão entre um registro esportivo e outro político.

zados, cristalizados através do processo histórico, que circulam invariavelmente nestas práticas de textualização “era uma vez”, “princesa/príncipe”, “um X que se chamava Y”, “de repente”, “um dia”, “mãe/madrasta”, “feitiço/encantamento”, “viveram felizes para sempre”, “fim” etc. O previsível como um conjunto de enunciados logicamente estabilizados.

Quando se abre a possibilidade de um outro sentido, não estabilizado, pode-se romper ou não com a previsibilidade. No caso, transformar “fim” em personagem tem o efeito de um acontecimento discursivo que provoca um redirecionamento, uma quebra no “funcionamento lógico” da formação discursiva predominante.

“Fim” em seu estatuto de unidade de sentido, do mesmo que se reproduz ou preserva a univocidade do sentido, surge invariavelmente no final na maioria das histórias escritas por estas crianças. Talvez aí ele funcione como uma certa “garantia” de término, de fecho, de unidade. Esse efeito parece estar relacionado a outros “textos” em que tal palavra surge, como em gibis e certos filmes. Nesse lugar, o sentido de “fim” está congelado, tem um sentido cristalizado que funciona como se fosse único.

A palavra “fim” não é nova, nem diferente, mas ao se descongelar, muda de lugar, rompendo com uma suposta “estrutura”. Neste sentido, a tensão, se ainda não ficou bem explicitada, pode ser constatada no que ficou escrito no texto “*era uma vez um menino que chamava fim*”.

A rasura de “título”, dada através da formulação enunciativa, e o deslocamento da palavra “fim” permite a filiação a uma outra possibilidade de dizer, se filia a uma outra formação discursiva, mobilizando todo um efeito de comicidade. Isto se dá através da suspensão de um sentido e pela entrada de outro, inesperado e surpreendente. Um processo de deriva de unidades abertas a uma resignificação. Um efeito produzido pela equivocidade que exige interpretação.

A equivocidade pode estar relacionada tanto à filiação histórica dos sentidos quanto à não-coincidência entre o que está filiado discursivamente e o sujeito. Nesse sentido, o processo de articulação postulado por Pêcheux (1975) parece supor, no encadeamento dos termos, sempre a possibilidade virtual de ruptura do que

pode e deve ser dito nas formações discursivas dadas. Estas rupturas produzem uma necessária rearticulação nas formações em jogo.

A prática de textualização e o processo de rasuramento que ela implica parecem constituir um espaço para o imprevisível, um lugar para o equívoco. É neste sentido que a noção de deriva e de articulação deveriam supor uma sobredeterminação histórica que, de alguma forma, estaria relacionada ao processo de autoria.

A transformação promovida pela emergência de “fim” produz outros efeitos, como se fossem ecos alterados deste primeiro deslocamento. O personagem fim/filho deve também estar relacionado aos pais. Talvez aqui haja um lugar de ancoramento do sentido, resgatando-se novamente uma suposta unidade.

Uma primeira tentativa de estabilização está em atribuir ao pai e à mãe os gêneros correspondentes: fimo e fima. Transformação que não permite manter o “efeito de comicidade” já em funcionamento através do personagem “fim” e que atravessa toda esta história. Mas, o que impede este efeito ou o que o produz, se se considerar que há uma relação necessária entre sujeito e sentido?

A historicidade do nome próprio parece se dar na medida em que ele se refaz, se singulariza no nome de alguém. Desse modo, pode ser dito que o nome próprio não tem sentido, não tem significado, é puro significante. No entanto, para as crianças, há outros efeitos se cruzando com o processo de nomeação dos personagens pai e mãe.

O efeito de sentido em jogo produz riso (índice da comicidade e do inesperado). No entanto, ao se nomear as personagens como “fimo” e “fima” (nomes absolutamente possíveis já que, como foi dito, o nome próprio não tem sentido) não se consegue inseri-las dentro de uma historicidade, de um já-dito.

O que produz “fimo” e “fima”? A que estas palavras se filiam? Quais os sentidos de “fimo” e “fima”? Ao analisar seu processo de formação, não é difícil concluir que “fimo” e “fima” são derivadas de um processo morfológico de formação de gênero. Algo relacionado à ordem da língua. Mantendo a palavra “fim” como referência para esse processo, em “fimo” tem-se o acréscimo da letra “o”, enquanto em “fima” o acréscimo, da letra “a”.

No entanto, a colocação da marca de gênero, no caso o acréscimo de “o” e “a”, não possibilita manter a palavra “fim”, pois o morfema de masculino e feminino desfaz o ditongo, desaparecendo a marca de nasalidade e produzindo o fonema /m/.

Esta ruptura produzida pelo processo morfológico também parece apontar para um outro lugar. A rasura sobre “fimo” e “fima” e a escrita de “fumo” e “fina” estaria indiciando um movimento em direção ao já atestado. Assim como no deslocamento da palavra “fim” se tem a perda do sentido que a faz “virar” nome próprio; na tentativa de se derivar o nome dos pais, o mesmo efeito precisa ser produzido.

O processo de transformação de “fim” em “fimo” e “fima” produz uma outra coisa que não possibilita a tensão entre ser o nome de alguém e filiar-se historicamente a um sentido já-dado. “Fimo” e “fima” não são assimiláveis, não se “encaixam” no texto, por um lado, porque o acréscimo de “o” e “a” não obtém um resultado foneticamente compatível com “fim” e, por outro, porque não se filiam historicamente.

Mas, qual é esse efeito que, ao mesmo tempo, perde e preserva o sentido?

É a homonímia. Um termo que abra, no jogo instaurado nesta prática de textualização, a possibilidade constante do equívoco. Este equívoco está marcado na relação entre nomes próprios (Fim, Fumo e Fina) e nomes comuns, como “fim” de um trabalho estafante, “fumo” como relacionado ao ato de fumar, “fina” como característica ou qualidade de algum objeto ou pessoa. São palavras que postas em relação produzem o equívoco de se pensar que é uma coisa, mas na verdade é outra. Algo que parece estar comparecendo como efeito do equívoco. Isso não pode ser entendido como uma mesma palavra que tem dois sentidos.

A mudança de “fimo(pai)” para “fumo” e de “fima(mãe)” para “fina” mantém o gênero. Ou seja, através de palavras atestadas que já têm “o” e “a” no final, se mantém o processo morfológico. Além disso, não se pode desconsiderar que o “m” e o “n” são da mesma classe de nasais e que “fumo” e “fina” conservam a letra “f”.

Esta mudança marca uma espécie de “recusa” de um tipo de funcionamento que o nome próprio tem. Ao se fazer isto, o que

parece estar em jogo é um efeito da homonímia, abrindo para processos históricos diferentes. O que fica claro desde o início da história.

Deste modo, o efeito do já-dito está no termo “fumo” e “fina” e não “fimo” e “fima”. “Fumo” e “Fina” estariam atados a um processo interdiscursivo (pré-construído) e atravessariam o fluxo do intradiscurso plenos de (outros) sentidos. Parece ser esta relação que permite a produção do equívoco, isto é, o desdobramento do sentido se opera a partir de um já-dito.

Atravessando este processo de nomeação das personagens, há uma sobredeterminação do real da língua, que comparece na qualidade de efeito de homonímia.

A história passa a ser combinada tendo como núcleo o efeito de homonímia marcada nas relações entre os nomes das personagens e os acontecimentos narrados. A confusão que o equívoco destes nomes pode gerar afeta as duas crianças em diversos momentos. Será mostrado apenas um que parece sintetizar todos os outros.

Fragmento 2

ISABEL: “– então... um dia a mãe falou assim... chega! fim! Daí... daí o filho falô... daí o filho... que foi... que foi mãe? Me chamô? Porque fim era o nome dele né? Cheeegaaa! Fiiim!”

NARA: “– Chega! Fim! né?!”

ISABEL: “– Daí... a mãe tava trabalhando... trabalhando... trabalhando... trabalhando... trabalhando... Daí a gente escreve... a mãe estava tão cansada que tava trabalhando trabalhando trabalhando... tão cansada que falou assim Fiiim! Cheeegaa! Fim! Daí... daí...(FALANDO COMO SE FOSSE O FILHO.) Que foi, mãe? Que foi? Que foi? Me chamou mãe? Rápido... que foi? Que foi? Qué que chame um bombeiro rápido rápido... Daí o pai... é... como é que chama o pai mesmo?”

NARA: “– o fumo... o fumo...”

ISABEL: “– O fumo... (FALANDO COMO SE FOSSE A MÃE.) vô fumar cigarro... fumo u máximo... fumo bastante... daí chega lá... (FALANDO COMO SE FOSSE O PAI.) me chamou querida... me chamou... Mas antes a gente apresenta o que é fim... fumo... daí daí daí... o pai fala assim... Vou passar... olha, eu quero hoje um

feijão com caldo fino... Aí Fina... aí aí... Não! Daí ele começa a ficá... aí Fina Finaaa... (FALANDO COMO SE FOSSE A MÃE.) Que foi? Que foi? Por favor que foi... (RIEM MUITO.)”

[...]

NARA: “– ...e o fim a gente fala assim. Escreve fim... daí o menino fim... Quê?”

ISABEL: “– fim–pai fim–filho.”

NARA: “– Não! Daí a gente escreve assim... daí o menino...”

ISABEL: “– Depois a gente pergunta...”

NARA: “– Não! Péra! Daí o menino fala... quê? Me chamou? (RINDO.)”

ISABEL: “– É! (LEVANTANDO-SE E INDO JUNTO COM NARA BUSCAR PAPEL E LÁPIS.) Daí (FALANDO COMO SE FOSSE O FILHO.) Quê? Me chamou?... Pergunta.”

NARA: “É!”

Os nomes das personagens abrem para outras possibilidades de significação e referencialidade, o sentido da história circula em torno disto.

É da própria repetição que vem o imprevisível. Quando a criança diz “fim” ela está repetindo no interior de um já-dito. Mas quando este “fim” vira personagem, é uma repetição com diferença, é o reviramento do sentido que se dá na tensão entre o sentido e não-sentido. Se “fim” ficasse “preso” ao sentido já-dado historicamente, ele seria escrito apenas para marcar o fim de histórias, no sentido de finalização, término. O mesmo se dá com o verbo “fumar”, que “vira” o nome do pai (“Fumo”), e com o adjetivo “fina”, que vira o nome da mãe.

Há um constante jogo entre os nomes próprios e os enunciados em que estas palavras homônimas já têm um sentido: “*Chega! fim!*” (personagem referindo-se ao término de seu trabalho que o deixou muito cansado); “*vô fumar um cigarro... fumo u máximo... fumo bastante...*” e “*...eu quero hoje feijão com caldo fino... Aí fina...*”

Quando estes termos se tornam personagens, através de um processo de repetição com diferença, são lançados para outro lugar, desfazendo-se de um sentido já-dado para novamente se fazer uno.

A diferença é que irá jogá-los, em um átimo de segundo, para fora do discurso onde ganharam sentidos, para fora de certas formações discursivas. Neste átimo, neste instante preciso, eles voltam ao não-sentido. Para ser personagem têm de perder o sentido.

Tudo passa a ser ressignificado quando estes elementos se estabilizam em um lugar. Neste processo, outras relações de unidade serão articuladas. A partir deste novo lugar de sentido, estas relações entre o que vem antes e o que virá depois tomam uma outra dimensão, levam a história para um outro lugar não previsível. Assim, há uma concomitância entre ser uma coisa e ser outra.

Posto que a repetição é condição para a diferença, pois sem ela não haveria a possibilidade de ser outra coisa, o imprevisível é da ordem do equívoco. Desse modo, não se está pensando o processo de criação como liberdade de um sujeito-indivíduo, em que o indivíduo *é* ele. A "liberdade" é a do equívoco, sua emergência produz o acontecimento que afeta o sujeito do discurso e as posições em jogo nas formações discursivas dadas. Considerando então o esquecimento número 1 proposto por Pêcheux (1983:55), tem-se a ilusão de se "saber do que se fala".

No processo discursivo em que se inscreve a prática de textualização de "A família F Atrapalhada", a estrutura canônica de história com "começo, meio e fim" não se faz presente. Apesar de se poder apontar para certos marcadores narrativos como "era uma vez" ou "de repente", as articulações entre os elementos conduzem o texto para outro lugar que não pode mais ser enquadrado dentro de uma suposta "estrutura canônica". Isto poderia estar colocando em xeque a idéia de que é a criança quem controla aquilo que quer dizer ou de que há um "conhecimento" que a criança detém sobre a linguagem e assim possa garantir uma história que se encaixe nessa estrutura.

O movimento, se não chega a ser inverso, pelo menos tem de ser considerado de mão dupla. Isto é, seria preciso considerar que a articulação entre os elementos e os efeitos de sentidos produzidos através dela, capturam o sujeito do discurso de uma tal forma que faz com que a estrutura seja um efeito dessa relação. A leitura do texto final ajuda a entender melhor o que se está querendo dizer.

A família F atrapalhada

Era uma vez um menino que
 chamava fim ~~que~~
 e a mãe dele chamava fina eo pai
 fumo.

a mãe tavatrabalhando mui-nto-

- ~~e falot~~ e falot :

- cheeeeeeeeeegaaaaaa fim :

- que michamol mãe?:

- eu fumo -!!! :

-esta/mi/chamado querida!!!

e/ele foi para o/quarto e cantou

- fim fumo ~~fina~~ fiiiiiiiiinaaaa:

- esta me/chamado amor

FIM

-es -e estão me x-chama(n)
 do!!!

Cria-se um efeito de “non-sense” através do jogo com as palavras. Toda a história passa a ser um equívoco. No entanto, mesmo que este efeito produza uma “desestruturação” em uma “ordem preestabelecida” dada pelos universos de enunciados logicamente estabilizados, ainda assim se procura manter uma certa unidade/coerência através do que tem de comum (familiar, portanto) cada personagem: a letra F.

O título surge como este elemento aglutinador, unificador. Algo que se materializa produzindo efeito de unidade e funcionando retroativamente como garantia de fechamento e conclusividade (imaginária). Há um movimento de fechamento e abertura indissociáveis. Ao mesmo tempo em que se abre se procura manter a unidade e a conclusividade.

Poderia-se relacionar isto ao que Pêcheux (1983) diz sobre as formações que se constituem através de um processo de estabilização lógica que repousam sobre equivalências, paráfrases,

sinonímias; algo da ordem de um processo metafórico que instaura semelhança, parentesco, unidade, homogeneidade.

A interpretação do próximo fragmento pode ilustrar parte deste movimento de fechamento, em geral, formulado através dos títulos.

Fragmento 3

NARA: “– (RINDO. LEVANTANDO-SE PARA PEGAR PAPEL E LÁPIS.) Calma! Tá certo.”

ISABEL: “– Daí... Não! Tem que falá assim... o título é... a família... a família... Não! A família fim... A família fim atrapalhada. Tá?”
[...]

NARA: “– (REFERINDO-SE AO TÍTULO.) A família fim atrapalhada... efi atrapalhada... atrapalhada...”

ISABEL: “– A família fim atrapalhada.”

NARA: “– Não. Efii! Porque só o minino que chamava...”

ISABEL: “– Ah! Mas é... o fim fina e fumo...”

NARA: “– Efe!”

ISABEL: “– Tá bom. A família F atrapalhada.”

A tentativa de “nomear” a história traz uma forma de “resumo” daquilo que ela é. As personagens são filho, pai e mãe, portanto, “família”. Todos os nomes contêm a letra F, como se fosse uma marca de sobrenome, portanto, “família F”. Cabe ressaltar que não é incomum em nossa sociedade dar aos integrantes de uma mesma família nomes que comecem com a mesma letra: Mariana, Marcelo, Manuela, Mário ou Waldir, Walmir, Wagner, Wiliam etc. Além disso, esta família se caracteriza pelo equívoco que estes nomes nada convencionais podem gerar, portanto, “atrapalhada”.

Apesar de “fim” romper uma certa previsibilidade dada pelas condições de produção em que se inscreve uma formação discursiva relacionada ao que deve ser dito quando se escreve uma “história inventada” na escola, a relação entre o filho, o pai e a mãe estabiliza um outro movimento da formação discursiva no qual, através de um processo de formação de nomes próprios, se procura preservar uma certa unidade. Talvez isto esteja relacionado com a

formação ideológica em que se insere o discurso pedagógico. Por causa disso, não parece ser possível afirmar que há uma ruptura das formações discursivas em jogo.

Interessante ainda observar que não só nesta mas em todas as nomeações de história produzidas por estas crianças, o título acaba funcionando da mesma forma. Como se fosse um tópico classificatório que pode abarcar não só as personagens, mas também aquilo que elas são. Por exemplo, "O guarda-roupa mágico", "A menina espuleta", "Pedro e seus pensamentos", "A rainha e a bola de Pedro". Isto, muito provavelmente, está relacionado com os contos-de-fada tradicionais, nos quais os títulos cumprem o mesmo papel: "Chapeuzinho Vermelho", "O Lobo Mau e os Três Porquinhos", "João e o pé de feijão", "João e Maria" etc.

Há assim uma espécie de determinação histórica relacionada aos títulos e às personagens que impediria, neste momento, colocar a palavra "fim" ou "A confusão" como o título da história. O título tenta dar uma certa unidade para o que vem depois e o que vem depois incide sobre o título dado. Uma unidade que mantenha de alguma forma uma relação com as personagens da história.

Com a análise precedente, pode-se aprofundar um pouco mais as questões referentes ao movimento de assujeitamento e à historicização. Ambos estão relacionados a um processo de produção de sentido. Neste processo, o entrelaçamento entre as palavras que ganham sentido nas formações discursivas dadas e nas condições de produção articulam, enredam, tecem redes de interpretação que irão determinar as possibilidades do dizer. Nestas articulações há deslocamentos que permitem estabelecer novos limites para as zonas de sentidos em que tais elementos se inscrevem. Isso não quer dizer que somente haja um processo de assujeitamento em que se dá a eterna reprodução da forma-sujeito.

Ao contrário, é precisamente esse processo que abre espaço para o movimento de subversão, de deslocamento que preserva mas, ao mesmo tempo, transforma o já-dito, possibilitando o diferente, o insuspeitado, o inesperado. A relação sujeito/sentido se dá nessa tensão, nesse hiato, nessa falha, nessa relação em que a equivocidade faz furo e exige interpretação, impedindo a reprodução.

A noção de filiação histórica (Orlandi, 1993) estaria determinando este processo de nomeação ou "garantindo" o efeito de

unidade. O histórico enquanto relações dadas pelas possibilidades de articulação e encadeamento postas em funcionamento através dos processos de significação.

Voltando à questão da rasura, tais marcas poderiam então funcionar como resíduo, como “pistas” de um dizer que não pode ser dito, deixando sua marca e explicitando o movimento do não-uno, da dispersão, da não-coincidência do sujeito consigo mesmo e da tensão entre a reprodução e a transformação.

Lugares mobilizados nestas práticas de textualização atravessadas pelo processo discursivo que as constituem. O sujeito do discurso, suas posições discursivas são assim arregimentadas pelas redes de interpretação acionadas a partir das articulações entre os elementos.

A rasura pode ser um fenômeno associável a um lugar de visibilidade que convoca, a partir destas práticas de textualização, uma reflexão sobre a noção de autor.

Neste sentido, apesar do diferente enfoque assumido, a aproximação com o estudo de Willemart (1993) sobre a rasura nos textos de Flaubert não seria em vão. Pode-se identificar na relação sujeito/sentido discutida aqui, uma certa semelhança, com o que o autor diz sobre o processo de rasuramento e a escritura:

Vimos o autor-*scriptor* desdobrar-se a cada releitura em que, sob a ação de um terceiro, rasura e acrescenta para retomar em seguida sua posição de leitor. A passagem contínua de uma posição à outra produz a escritura. A intervenção do terceiro provoca a rasura, destrói um sentido dado, o perturba ou o suspende e obriga o *scriptor* a criar um novo sentido ou um novo imaginário, segundo um tempo lógico não redutível a uma simples substituição (1993: 71/72).

A rasura sobre o enunciado “título” não seria um reflexo de um movimento que desfaz um sentido dado, suspendendo-o para em seguida criar um outro sentido? Esse outro sentido não traz consigo toda uma outra possibilidade de significação e, por isso mesmo, toda uma outra relação entre os termos em jogo? Não haveria aí um constante deslocamento de posições discursivas?

A entrada de um elemento ou a emergência de um sentido não esperado parece exigir uma ressignificação de tudo aquilo que foi

posto antes. Como se pode observar, o deslizamento da palavra “fim” mobilizou um rearranjo em todo o resto, se reconstituindo de novo uma outra relação entre as posições discursivas e as formações discursivas nas quais estes elementos ganham sentidos.

O equívoco, no caso produzido pela homonímia, aflora no processo de rasuramento. Uma vez rompendo com o previsível, nada pode apagar o equívoco e as marcas de seu efeito.

No final do texto “A família F atrapalhada” fica registrado o equívoco dos nomes das personagens. Nada poderia ser mais ilustrativo deste movimento do que o fato da história terminar exatamente como começou, isto é, com a tensão entre dois homônimos.

FIM

~~es~~ ~~e~~ estão me ~~x~~chama(n)
do!!!

O termo “fim” indicando que a história acabou e a fala da personagem “Fim” perguntando se o estão chamando é quase uma evidência de que na palavra “fim”, como término de história, o equívoco já estava ali.⁶ Ao romper com o esperado, coloca-se em circulação outros sentidos que exigem interpretação. Esse deslocamento do sentido produz nova configuração da unidade, da coerência. Poderia parecer contraditória essa articulação entre o equívoco e a unidade, mas parece ser a tensão entre ambos que permite produzir o efeito de unidade de sentido no discurso.⁷

6. Algo semelhante mostra Lemos, M. T. (1992) ao discutir o que faz texto.

7. Isso estaria relacionado à tensão entre o uno e a dispersão do sujeito e do sentido, como se procurou mostrar no primeiro capítulo deste trabalho. Porém, nesta prática de textualização, o equívoco parece ter um efeito de maior ruptura do que aquele produzido pelo personagem “Dona Sabor”. Talvez isso possa servir como ponto de partida para uma reflexão sobre a relação entre dispersão e equivocidade. São da mesma ordem? Estão relacionados ao mesmo funcionamento? Essa reflexão deve ser aprofundada em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CALIL, E. (1995) *Autoria: (e)feito de relações inconclusas [um estudo de práticas de textualização na escola]*. Tese de doutorado. IEL/Unicamp.
- GADET, F. & PÊCHEUX, M. (1981) *La langue introuvable*. Paris: Maspero.
- LAPLANCHE, J. & PONTALIS, J.-B. (1983) *Vocabulário da Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- LEMONS, M. T. (1992) "Sobre o que faz texto: uma leitura de 'Cohesion in English'". *D.E.L.T.A.*, 8 (1). São Paulo: Ed. da PUC.
- _____, (1994) "A Língua que me falta: uma análise dos estudos em Aquisição de Linguagem" Tese de doutorado, IEL/Unicamp.
- MILNER, J.-Cl. (1978) *O Amor da Língua*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.
- _____, (1982) *Ordre et Raisons de Langue*. Paris: Seuil.
- ORLANDI, E. P. (1993) "Vão Surgindo Sentidos". In: E. Orlandi (org.) *Discurso Fundador: a formação do País e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes,
- PÊCHEUX, M. (1975) *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Unicamp, 1988.
- _____, (1983) *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990.
- WILLEMART, PH. (1993) *Universo da Criação Literária*. São Paulo: Edusp.